

CADERNO DE QUESTÕES



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2026
16 de agosto de 2026

NOME:

CARGO: CONSULTOR TÉCNICO LEGISLATIVO - ÁREAS DE ATUAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E ECONOMIA

LOCAL:

SALA:

INSTRUÇÕES

1) Conferência inicial

Verifique seu **nome e o cargo indicado** da capa deste caderno e leia atentamente as instruções.

2) Composição do caderno *(confira após o início da prova)*

- Contém **50 (cinquenta) questões objetivas**.
- Todas as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada (A, B, C, D e E).
- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e observações exclusivamente neste Caderno.

3) Cartão-Resposta

Confira se o seu **nome, número de inscrição, data de nascimento, CPF e cargo** estão corretos. Caso identifique que o Cartão-Resposta não corresponde aos seus dados, comunique imediatamente ao fiscal **para que seja providenciada a substituição**. O fiscal não está autorizado a alterar informações impressas, e não serão aceitas reclamações posteriores. O preenchimento do Cartão-Resposta é de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição em caso de erro de preenchimento.

4) Material permitido

É obrigatório o uso exclusivo de caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.

5) Duração da prova

A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.

6) Regras de saída

- Ao término da prova, entregue **obrigatoriamente** ao fiscal o Cartão-Resposta e este Caderno de Questões.
- A saída definitiva da sala somente será permitida após **1 (uma) hora** do início da prova.
- É permitido levar apenas a folha intermediária de respostas, localizada na última página deste caderno, desde que contenha exclusivamente as alternativas assinaladas, sendo vedadas quaisquer outras anotações.
- Os **3 (três) últimos candidatos** somente poderão se retirar da sala simultaneamente.

7) Assinaturas

Escreva seu nome completo e assine na capa deste Caderno, e assine também no local indicado no Cartão-Resposta.

BOA PROVA!

EDITAL N.º 001/2026

CÂMARA DE VEREADORES
DE JOINVILLE

CONCURSO PÚBLICO

- Secretário Legislativo
- Consultor Técnico Legislativo
- Controlador Interno e Procurador



Nome completo: _____

Assinatura: _____

Questão 01

(Correta: D)

Leia com atenção a crônica *Vista cansada* e depois analise as afirmativas acerca do texto. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

"Acho que foi o Hemingway quem disse que olhava cada coisa à sua volta como se a visse pela última vez. Pela última ou pela primeira vez? Pela primeira vez foi outro escritor quem disse. Essa ideia de olhar pela última vez tem algo de deprimente. Olhar de despedida, de quem não crê que a vida continua, não admira que o Hemingway tenha acabado como acabou.

Se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver, disse o poeta. Um poeta é só isto: um certo modo de ver. O diabo é que, de tanto ver, a gente banaliza o olhar. Vê não-vendo. Experimente ver pela primeira vez o que você vê todo dia, sem ver. Parece fácil, mas não é. O que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade. O campo visual da nossa rotina é como um vazio.

Você sai todo dia, por exemplo, pela mesma porta. Se alguém lhe perguntar o que é que você vê no seu caminho, você não sabe. De tanto ver, você não vê. Sei de um profissional que passou 32 anos a fio pelo mesmo hall do prédio do seu escritório. Lá estava sempre, pontualíssimo, o mesmo porteiro. Dava-lhe bom-dia e às vezes lhe passava um recado ou uma correspondência. Um dia o porteiro cometeu a descortesia de falecer.

Como era ele? Sua cara? Sua voz? Como se vestia? Não fazia a mínima ideia. Em 32 anos, nunca o viu. Para ser notado, o porteiro teve que morrer. Se um dia no seu lugar estivesse uma girafa, cumprindo o rito, pode ser também que ninguém desse por sua ausência. O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem. Mas há sempre o que ver. Gente, coisas, bichos. E vemos? Não, não vemos.

Uma criança vê o que o adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de fato, ninguém vê. Há pai que nunca viu o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher, isso existe às pampas. Nossos olhos se gastam no dia a dia, opacos. É por aí que se instala no coração o monstro da indiferença."

(Crônica de Otto Lara Resende, publicada originalmente no jornal Folha de S. Paulo, em 23 de fevereiro de 1992.)

() O tema central do texto é o automatismo humano diante do cotidiano. O autor faz uma crítica sutil e profunda sobre como se deixa de notar as pessoas e coisas simplesmente porque elas se tornaram familiares.

() O autor cita Ernest Hemingway que tentava olhar tudo como se fosse pela última vez. Otto Lara Resende, autor da crônica, concorda e estabelece uma valorização do olhar de despedida, destacando que ele traz curiosidade e vida.

() O cronista afirma que "o hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem". Em contrapartida, os poetas e as crianças mantêm o olhar limpo, sendo capazes de enxergar o que os adultos já não conseguem notar na correria do dia a dia.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

Questão 02

(Correta: C)

Leia com atenção as sentenças a seguir e depois analise-as, linguisticamente, quanto ao uso da pontuação, especificamente, da vírgula:

I. Senhora Diretora, solicitamos, por meio deste ofício, a aquisição de novos livros para a biblioteca da escola. A biblioteca, importante espaço de aprendizagem, necessita de obras atualizadas para atender melhor aos estudantes. Contamos com a atenção de Vossa Senhoria e agradecemos a colaboração.

II. Os estudantes, embora estivessem cansados após a viagem, participaram da atividade com entusiasmo e fizeram perguntas durante toda a apresentação, demonstrando interesse pelo conteúdo e aproveitando a oportunidade para aprender mais.

III. Na escola, os alunos do 6.º ano leram Lígia Bojunga; os do 7º Conceição Evaristo; e os do 8º Manoel de Barros. Ao final das aulas, todos, participaram da roda de conversa sobre as leituras, compartilhando o que aprenderam.

É correto o uso de pontuação em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 03

(Correta: A)

Analise as sentenças a seguir quanto à regência verbal:

I. A população assistiu a reportagem sobre a retirada das vítimas do terremoto dos escombros. As equipes do exterior chegaram em Caracas assim que foram convocadas. Elas obedecem as orientações locais e esperam poder ajudar nessa tragédia.

II. O prefeito respondeu às perguntas dos jornalistas e lhes informou a respeito das providências tomadas para socorrer as vítimas do desastre. Ele disse que não se esqueceu dos seus eleitores.

III. Mesmo com a diminuição das chances de encontrar sobreviventes a cada hora, equipes de resgate ainda conseguem encontrar pessoas vivas em montanhas de destroços, oferecendo às famílias angustiadas um breve sopro de esperança.

É correta a regência verbal em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

Questão 04

(Correta: A)

Assinale a sentença em que todas as palavras estão corretas quanto à acentuação gráfica:

- (A) Após o inglês e o espanhol, o português é a terceira língua ocidental mais falada.
- (B) As mudanças que ocorreram, em 2009, são um vôo para a simplificação dos que lêem na língua portuguesa em todos os países.
- (C) A idéia das mudanças ortográficas, em 2009, reuniu os países de língua portuguesa.
- (D) Aquele que conhece as regras de acentuação, ao ler vocábulos errados, consegue corrigí-los.
- (E) Apesar das mudanças ortográficas, serão conservadas as pronúncias típicas de cada país e isso é de suma importância.

Questão 05

(Correta: A)

Leia com atenção a parte inicial da notícia *Levantamento inédito em SC quer mapear crianças que ficaram órfãs após casos de feminicídios*, publicada em 24 de junho de 2026:

"O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e a Polícia Científica querem mapear, em um levantamento inédito, quantas crianças e adolescentes ficaram órfãs após perderem suas mães depois de feminicídios em território catarinense. De acordo com o MP, não há, atualmente, dados que identifiquem esse grupo, o que, consequentemente, não viabiliza o acesso deles à rede de proteção. O trabalho iniciou na última sexta-feira (19) em uma reunião entre os órgãos conduzida pelo Núcleo de Enfrentamento a Violências e Apoio às Vítimas do Ministério Público. Conforme o MP, um dado já levantado pelo órgão indica que 45,9% das mulheres vítimas de feminicídio tinham filhos em comum com o agressor. No entanto, não há detalhes disponíveis sobre quantos são ou em que situação estão neste momento. Isso porque os números existentes fazem parte de informações fragmentadas, restritas, muitas vezes, aos autos da investigação criminal, sem precisão sobre o número de filhos das vítimas, por exemplo. Para o MP, essas

crianças e adolescentes acabam não tendo o acesso previsto a políticas públicas específicas e acompanhamento adequado após o crime".

(ELIAS, Alexia.

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/levantamento-inedito-em-sc-quer-mapear-criancas-que-ficaram-orfas-apos-casos-de-feminicidios>)

Para produzir o texto com coesão, a autora usou articuladores textuais responsáveis pela ligação das ideias e da construção do sentido. Ao analisar os articuladores empregados, pode-se afirmar que:

I. *De acordo com* e *conforme* indicam relação de conformidade, a qual se expressa por meio de duas proposições através das quais se mostra a conformidade do conteúdo de uma delas em relação a algo afirmado.

II. *Porque*, no texto, indica uma relação de conclusão em relação ao que foi dito no enunciado anterior o qual foi recuperado pelo pronome *isso*.

III. *No entanto* é um conector que articula sequencialmente uma proposição cujo conteúdo se opõe de alguma maneira ao que foi enunciado.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

Questão 06

(Correta: B)

Na produção de textos, especialmente na esfera acadêmica e oficial, é muito importante ficar atento à forma como grafar os numerais. Analise as afirmações acerca do uso e escrita de numerais e seus exemplos. Registre V, para verdadeiras e F, para falsas:

() Frações são escritas com algarismos (7/12), exceto quando os dois elementos são menores que dez (dois terços). O verbo deve concordar com o numerador da fração, por exemplo, "Uma PEC precisa do apoio de um terço dos senadores ou dos deputados para ser apresentada e, para ser aprovada, do voto de, no mínimo, três quintos dos parlamentares em cada Casa, em dois turnos".

() No que diz respeito à grafia dos números, de zero a dez se escreve por extenso e de 11 a 999 se escreve usando algarismo. A partir de mil, usam-se algarismos mais a palavra "mil" para números redondos ou aproximados. Por exemplo: "Os rios da Amazônia, com 18,3 mil quilômetros de vias navegáveis, transportam 1,2 milhão de pessoas por mês".

() Em título, legenda e chamada de primeira página, não se pode usar algarismos para destacar a informação ou, quando for necessário, para economizar espaço. Por exemplo: "Diploma para jornalistas é aprovado em primeiro turno".

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – V.
- (E) V – F – F.

Questão 07

(Correta: D)

Leia com atenção o texto *Turismo em massa: nunca se viajou tanto, e isso pode ser um problema*:

"Se você foi para Machu Picchu antes de junho de 2024, teve uma experiência diferente daquela vivenciada por quem visita a cidadela inca hoje. Não se pode mais andar com a relativa liberdade de antes. Agora, todos devem seguir circuitos predeterminados, em passarelas com fila única.

Se foi para o arquipélago de Ko Phi Phi antes de 2018 e visitou a Baía Maya, famosa desde que foi cenário do filme *A Praia* (2000), você vivenciou algo muito diferente do que é possível hoje. Após anos fechada para um programa de restauro ecológico, a baía reabriu em 2022 com controle rígido e policiado. Antes, os turistas mergulhavam e até acampavam na praia. Hoje, podem, no máximo, molhar os pés."

(Felipe van Deursen, Superinteressante, 17 jun 2026.

<https://super.abril.com.br/sociedade/turismo-de-massa-nunca-se-viajou-tanto-e-isso-pode-ser-um-problema/>.)

Quanto ao uso de recursos estilísticos, no texto, analise as sentenças a seguir a respeito do uso de pronomes:

I.O uso de *você*, nos dois parágrafos do texto, tem a função de convidar o leitor a participar do diálogo do texto. Sabendo disso, o autor escolheu um pronome de tratamento na terceira pessoa do singular, que é usado para se dirigir diretamente ao interlocutor.

II.O uso de *daquela*, contração da preposição *de* com o pronome demonstrativo *aquela*, no texto, tem a função de retomada do termo "experiência" citado um pouco antes.

III.Ao final do primeiro parágrafo, na sentença "Todos devem seguir circuitos predeterminados", a palavra *todos* funciona como um pronome relativo no plural, indicando uma totalidade de forma genérica e abrangente.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 08

(Correta: D)

Na esfera da redação oficial, circulam vários gêneros textuais, cada qual com composição, estilo e função diferenciada. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando a definição do gênero textual a sua respectiva denominação:

Primeira coluna: definição do gênero textual

1.Registro, geralmente em forma de relato, de fatos ou ocorrências verificadas e resoluções tomadas numa assembleia ou reunião de corpo deliberativo ou consultivo de uma agremiação, associação, diretoria, congregação, etc.

2.Petição por escrito, segundo formalidades legais, contendo reivindicação ou pedido e, por extensão de sentido, qualquer petição verbal ou por escrito, como documento formal, segue as regras de uma carta da correspondência formal, quanto à linguagem e interlocução.

3.Trata-se de um conjunto de normas que regem o funcionamento interno de uma instituição pública ou particular e, como regulamento, de um conjunto de normas impostas ou consentidas.

Segunda coluna: denominação do gênero textual

()Requerimento.

()Regimento.

()Ata.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 – 1 – 3.
- (B) 1 – 2 – 3.
- (C) 3 – 2 – 1.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 1 – 2.

Questão 09

(Correta: B)

Leia com atenção o texto a seguir e analise a concordância verbal a fim de escolher os termos que completam os verbos que estão ausentes:

_____ -se apartamentos é a placa que se lê pela cidade. Um dos que mais _____ imóveis são os que vieram morar aqui a trabalho. Cerca de 100 pessoas _____ à cidade a cada seis meses. Elas precisam _____ a decisão sobre onde morar. O aluguel está alto e todos concordam que três mil reais por mês _____ muito para o aluguel de uma quitinete.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas no texto:

- (A) Alugam – procura – chega – tomar – é.
- (B) Alugam – procuram – chegam – tomar – é.

- (C) Aluga – procuram – chega – tomarem – são.
- (D) Alugam – procuram – chegou – tomar – são.
- (E) Aluga – procura – chega – tomarem – são.

Questão 10

(Correta: E)

Leia com atenção o texto a seguir a fim de analisar nele o uso de operadores argumentativos, com destaque para as preposições e locuções formadas por elas, e os sentidos que eles atribuem ao texto:

"O povo holandês continua a gastar maciçamente para manter em forma seu extenso sistema de diques e bombas, e está protegido contra surtos de tempestade cuja probabilidade de ocorrência é de até mesmo uma vez em 10 mil anos. Mas a perspectiva da acelerada elevação do mar implica que a manutenção desse nível de segurança pode exigir maiores investimento. Isso leva a Holanda a gastar cerca de 4 bilhões de euros por ano do seu orçamento para manter e modernizar seu complexo de infraestrutura, visto que cerca de 26% do país está abaixo do nível do mar."

(Texto adaptado e complementado a partir de Jodi Jacobson, em Impedindo que o mar invada a terra, 1990.)

Assinale a alternativa correta:

- (A) A função de "para" é introduzir a ideia de proporção, ligando a ação de gastar, proporcionalmente, ao sistema em boas condições. A locução "até mesmo" indica tempo e lugar com destaque para a Holanda e para 10 mil anos. "Cerca de" é uma locução prepositiva cujo valor semântico equivale a "por volta de" ou "em torno de".
- (B) A preposição "para" introduz a ideia de finalidade, ligando a ação de gastar ao objetivo de manter o sistema em boas condições. A locução "até mesmo" indica tempo e lugar com destaque para a Holanda e para 10 mil anos. "Cerca de" é um recurso usado quando uma medição é muito difícil ou de menor importância para a compreensão geral.
- (C) Em "para" tem-se a ideia de consequência quanto ao investimento feito para manter o sistema em boas condições. A função de "até mesmo" dá ênfase à informação que segue, indicando que se trata de um caso extremo ou surpreendente. "Cerca de" é um recurso usado quando uma medição exata seria muito difícil ou desnecessária para a compreensão geral.
- (D) A preposição "para" introduz a ideia de consequência quanto ao investimento feito para manter o sistema em boas condições. A locução "até mesmo" indica tempo e lugar com destaque para a Holanda e para 10 mil anos. O uso de "cerca de" informa que o valor não é um número absoluto ou exato, mas que fica muito próximo a essa porcentagem.

- (E) A função de "para" é introduzir a ideia de finalidade, ligando a ação de gastar ao objetivo de manter o sistema em boas condições. Já a função de "até mesmo" é dar ênfase à informação que segue, indicando que se trata de um caso extremo ou surpreendente. O uso de "cerca de" informa que o valor não é um número absoluto ou exato, mas que fica muito próximo à porcentagem.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 11

(Correta: A)

Sabe-se que 12 servidores, trabalhando 6 horas por dia, durante 5 dias, conseguiram revisar e preparar 1.800 páginas de documentos. Mantidas as mesmas condições de produtividade, a quantidade de servidores necessária para revisar e preparar 3.360 páginas em 4 dias, trabalhando 7 horas por dia, é igual a:

- (A) 24.
- (B) 20.
- (C) 32.
- (D) 16.
- (E) 28.

Questão 12

(Correta: C)

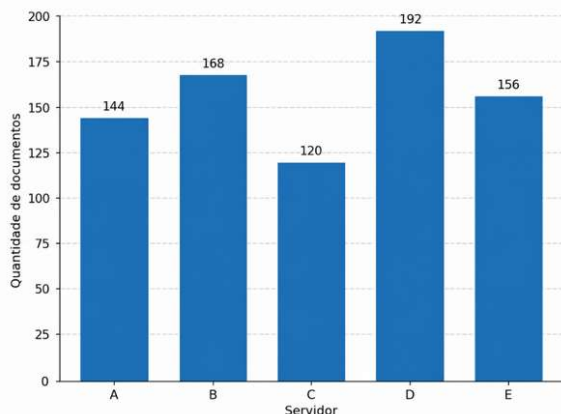
Um orçamento anual foi dividido da seguinte forma: 50% foram destinados às despesas administrativas, 30% à manutenção predial e 20% à modernização tecnológica. Ao final do período, verificou-se que foram gastos R\$ 360.000,00 com manutenção predial, valor correspondente a 80% da quantia inicialmente destinada a essa finalidade. Com base nessas informações, pode-se afirmar que o valor inicialmente destinado à modernização tecnológica, em reais, foi de:

- (A) 288.000,00.
- (B) 600.000,00.
- (C) 300.000,00.
- (D) 240.000,00.
- (E) 450.000,00.

Questão 13

(Correta: A)

O gráfico a seguir apresenta a quantidade de documentos revisados por cinco servidores, durante uma semana:



Com base nas informações apresentadas no gráfico, pode-se afirmar que:

- (A) Os cinco servidores revisaram, juntos, 780 documentos.
- (B) O servidor E revisou 24 documentos a mais que o servidor A.
- (C) O servidor C revisou metade da quantidade de documentos revisados pelo servidor D.
- (D) O servidor D revisou 48 documentos a mais que o servidor B.
- (E) A média de documentos revisados pelos cinco servidores foi de 160 documentos.

Questão 14

(Correta: E)

O tempo médio de duração de 12 sessões ordinárias foi de 2 horas e 35 minutos por sessão. Após a realização de três novas sessões, com durações de 3 horas e 10 minutos, 2 horas e 50 minutos e 4 horas, respectivamente, pode-se afirmar que a duração média por sessão, considerando essas 15 sessões, foi de:

- (A) 2 horas e 54 minutos.
- (B) 3 horas e 4 minutos.
- (C) 2 horas e 48 minutos.
- (D) 2 horas e 40 minutos.
- (E) 2 horas e 44 minutos.

Questão 15

(Correta: A)

Para uma audiência pública, foram organizadas 28 fileiras com 24 cadeiras em cada uma. Desse total, 96 cadeiras foram reservadas às autoridades. As cadeiras restantes foram distribuídas igualmente entre 12 grupos de convidados. Pode-se afirmar que a quantidade de cadeiras destinada a cada grupo foi de:

- (A) 48 cadeiras.
- (B) 57 cadeiras.
- (C) 64 cadeiras.
- (D) 40 cadeiras.
- (E) 56 cadeiras.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 16

(Correta: A)

Analise as assertivas relativas às faltas justificadas do Vereador, em conformidade com o Regimento Interno do Município de Joinville:

I.A participação em congressos, seminários e outros eventos oficiais é considerada motivo justo para a justificação de faltas.

II.O falecimento de cônjuge, companheiro ou descendentes até o 2º grau permite a justificação da ausência por 8 (oito) dias consecutivos.

III.O exercício de atividade parlamentar externa, desde que devidamente comprovada, constitui hipótese admitida para efeito de justificação.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 17

(Correta: B)

Avalie as restrições impostas aos parlamentares e identifique a conduta que é vedada ao Vereador desde a expedição do diploma:

- (A) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.
- (B) Firmar ou manter contrato com empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (C) Ser titular de mais de um cargo ou mandato público, ressalvada a acumulação lícita de dois cargos de professor na administração direta.
- (D) Patrocinar causa em que seja interessada qualquer autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista do Município.
- (E) Exercer função remunerada em empresa privada que mantenha contrato de prestação de serviços com a Câmara de Vereadores de Joinville.

Questão 18

(Correta: A)

Sobre o julgamento do Prefeito Municipal pelas infrações praticadas no exercício do cargo, nos termos da Lei Orgânica do Município de Joinville, assinale a alternativa correta:

- (A) O Prefeito será julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado pela prática dos crimes de responsabilidade previstos em lei, enquanto as infrações político-administrativas sujeitam-se ao julgamento da Câmara Municipal.
- (B) O Prefeito será julgado pela Justiça Federal sempre que a infração envolver recursos públicos de origem federal.
- (C) O Prefeito será julgado pelo Tribunal de Contas do Estado nas infrações político-administrativas, competindo à Câmara Municipal apenas executar a decisão.
- (D) O Prefeito será julgado pela Câmara Municipal tanto pela prática de infrações político-administrativas quanto pela prática de crimes comuns.
- (E) O Prefeito será julgado pelo Supremo Tribunal Federal pela prática de crimes comuns e de crimes de responsabilidade.

Questão 19

(Correta: D)

A respeito dos instrumentos destinados à maior interação entre o Poder Público e a iniciativa privada, previstos em Lei Complementar para o fomento à Promoção Econômica e Tecnológica, a promoção econômica será estimulada:

- (A) Mediante concessões, permissões, Parcerias Público-Privadas (PPPs), contratos de concessão urbanística e instrumentos de intervenção direta no domínio econômico.
- (B) Mediante concessões, permissões, Parcerias Público-Privadas (PPPs), contratos de gestão com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e convênios de cooperação obrigatórios.
- (C) Prioritariamente mediante incentivos tributários, subsídios financeiros e contratos de desempenho firmados com empresas classificadas como setores portadores de futuro.
- (D) Mediante concessões, permissões, Parcerias Público-Privadas (PPPs), contratos com Organizações Sociais e outros instrumentos congêneres.
- (E) Mediante concessões, permissões, convênios administrativos, termos de cooperação internacional e contratos de gestão firmados exclusivamente com entidades da administração indireta.

Questão 20

(Correta: E)

A Lei Complementar n.º 620/2022, prescreve instrumentos de estímulo e fomento, no tocante à Promoção Econômica e Tecnológica. Segundo essa lei,

a promoção econômica será estimulada por maior interação entre o Poder Público e a iniciativa privada mediante o uso de:

- (A) Acordos de cooperação internacional que autorizem a aprovação de atividades econômicas independentemente dos impactos socioambientais.
- (B) Isenções tributárias automáticas e presunção de boa-fé restrita a empresas classificadas como distritos criativos de base científico-tecnológica.
- (C) Contratos de gestão exclusiva com o terceiro setor e industrialização compulsória de pescados e produtos agrícolas de baixo valor.
- (D) Centralização da disponibilização de dados geoprocessados sob sigilo administrativo para garantir a competitividade do mercado de venture capital.
- (E) Concessões, permissões, Parcerias Público Privadas (PPPs), contratos com Organizações Sociais e outros instrumentos análogos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

(Correta: A)

A Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 14.230/2021, classifica os atos de improbidade administrativa em diferentes espécies, associando a cada uma delas condutas específicas. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando corretamente o ato de improbidade à sua respectiva tipologia legal:

Primeira coluna: tipologia dos atos de improbidade administrativa

1. Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito
2. Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário
3. Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública

Segunda coluna: ato de improbidade administrativa

() Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

() Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

() Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 3 – 1 – 2.
- (B) 2 – 3 – 1.

- (C) 1 – 2 – 3.
- (D) 3 – 2 – 1.
- (E) 1 – 3 – 2.

Questão 22

(Correta: A)

O Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU delinea contornos específicos para a governança no setor público, diferenciando-a da função de gestão e adaptando problemas clássicos da governança corporativa – como a Teoria da Agência – para a realidade do Estado. Considerando as diretrizes desse documento, assinale a alternativa correta:

- (A) A governança pública organizacional compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, atuando como um elo entre a sociedade (principal) e as estruturas do Estado (agentes).
- (B) O modelo preconiza que as instâncias de governança e de gestão devem operar de forma integrada e por meio dos mesmos atores institucionais, uma vez que a segregação rígida dessas funções tende a gerar assimetria de informação e prejudicar a celeridade na entrega de valor público.
- (C) A governança engloba as funções de planejar, organizar, executar e controlar as políticas públicas, ao passo que a gestão atua em um nível superior e sistêmico, concentrando-se em avaliar as necessidades, direcionar as ações e monitorar a prestação de contas.
- (D) Na cadeia de delegação do setor público, a relação "principal-agente" caracteriza-se por sua bidirecionalidade estrita, na qual a Alta Administração atua como o "principal" originário e os gestores operacionais assumem o papel de "agentes", recaindo sobre o controle interno a responsabilidade primária pelo monitoramento.
- (E) A governança pública tem como propósito central a mitigação do risco de agência por meio da sobreposição de estruturas de conformidade à gestão tática, garantindo que o planejamento estratégico seja validado e executado diretamente pelos órgãos de controle externo.

Questão 23

(Correta: C)

A doutrina administrativista clássica diverge quanto à estruturação e aos vícios dos atos administrativos. De acordo com a classificação adotada por Marçal Justen Filho, que prefere aludir a "aspectos do ato administrativo" em vez de "elementos", são passíveis de nulidade os atos com algum tipo de vício. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando corretamente a descrição do defeito (aspecto) ao respectivo vício do ato administrativo:

Primeira coluna: vício do ato administrativo

- 1.Vício de competência
- 2.Vício de forma
- 3.Vício de conteúdo
- 4.Vício de motivo
- 5.Vício de finalidade

Segunda coluna: aspectos do vício do ato administrativo

- ☐ Desvio de procedimento.
- ☐ Equívoco quanto à relação dos fatos.
- ☐ Ofensa aos requisitos de existência.
- ☐ Defeito de motivação.
- ☐ Defeito quanto ao sujeito.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 4 – 3 – 5 – 1 – 2.
- (B) 3 – 1 – 4 – 5 – 2.
- (C) 5 – 4 – 3 – 2 – 1.
- (D) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
- (E) 2 – 5 – 1 – 4 – 3.

Questão 24

(Correta: C)

João participou de um concurso público para provimento do cargo de Técnico Legislativo da Câmara Municipal de determinado município. Após a homologação do resultado final, constatou que a Mesa Diretora da Câmara realizou a nomeação de um candidato aprovado em classificação inferior à sua, preterindo flagrantemente sua ordem de aprovação. O ato de nomeação do outro candidato foi oficialmente publicado no Diário Oficial do Município no dia 10 de março de 2026, data em que João tomou ciência inequívoca da violação de seu direito. Sabendo que possui direito líquido e certo à nomeação, João decidiu impetrar um Mandado de Segurança Individual. Considerando as disposições da Lei Federal n.º 12.016/2009 (Lei do Mandado de Segurança) e a situação fática apresentada, assinale a alternativa correta:

- (A) Caso o juiz de primeiro grau indefira a petição inicial do mandado de segurança impetrado por João, caberá a interposição de agravo de instrumento no prazo legal.
- (B) Na hipótese de o mandado de segurança ser denegado pelo juiz sem a apreciação do mérito, João ficará terminantemente proibido de pleitear seu direito e os respectivos efeitos patrimoniais por meio de qualquer outra ação própria.
- (C) O direito de João requerer o mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data em que ele teve ciência oficial do ato de nomeação que o preteriu.

- (D) Se a Mesa Diretora da Câmara Municipal recorrer da sentença concessiva, o processo de mandado de segurança perderá qualquer preferência, passando a tramitar na ordem cronológica comum de todos os demais atos judiciais.
- (E) Se João obtiver uma sentença favorável concedendo a segurança para sua nomeação, o pagamento de eventuais vencimentos atrasados retroagirá integralmente à data da publicação do edital de abertura do concurso público.

Questão 25

(Correta: B)

O Prefeito do Município de Alfa apresentou as contas anuais do Poder Executivo ao Poder Legislativo Municipal. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) competente emitiu parecer prévio recomendando a rejeição das referidas contas. Diante do caso, a Câmara de Vereadores de Alfa iniciou a análise do balanço. Paralelamente, um grupo de cidadãos locais solicitou acesso aos documentos fiscais para conferência e um vereador da oposição propôs a criação de um "Tribunal de Contas do Município de Alfa" para agilizar as fiscalizações futuras. Com base nas disposições da Constituição Federal e na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- (A) O parecer prévio do TCE possui caráter meramente opinativo e pode ser derrubado pela Câmara Municipal de Alfa por maioria absoluta de seus membros.
- (B) O parecer prévio emitido pelo TCE sobre as contas do Prefeito só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal de Alfa, sendo vedada a criação do novo Tribunal de Contas municipal proposto.
- (C) Visando aprimorar a fiscalização local, a Câmara de Vereadores de Alfa possui competência para criar, por meio de medida provisória, um Conselho de Contas Municipal próprio.
- (D) A Câmara Municipal de Alfa poderá extinguir o órgão ou Tribunal de Contas onde ele já houver sido instalado no âmbito do Estado.
- (E) As contas do Município de Alfa deverão ficar à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação pelo prazo anual e ininterrupto de trinta dias, nos termos da lei.

Questão 26

(Correta: A)

Um Consultor Legislativo da Câmara Municipal de Ômega está revisando a redação final de um projeto de lei que institui o "Código de Defesa do Consumidor Municipal". Ao analisar o texto, ele percebeu três situações:

1.O texto iniciava com cinco enunciados justificados pela expressão "considerando", detalhando a necessidade social da lei.

2.A cláusula de revogação de leis anteriores foi inserida logo no Capítulo I (Disposições Preliminares) para dar destaque ao que deixaria de valer.

3.O fecho da lei indicava a data da assinatura, mas não mencionava os anos transcorridos desde a Independência e desde a Proclamação da República.

Considerando as normas de técnica legislativa vigentes, assinale a alternativa que indica as correções que o consultor deve promover:

- (A) O consultor deve suprimir os enunciados iniciados por "considerando" (proibidos em atos normativos), deslocar a cláusula de revogação para a parte final do ato e incluir no fecho a menção aos anos transcorridos desde a Independência e a Proclamação da República.
- (B) O fecho das leis municipais deve conter apenas a assinatura do Prefeito e a data, sendo a menção aos eventos históricos (Independência e República) uma formalidade restrita exclusivamente aos atos subscritos pelo Presidente da República.
- (C) A cláusula de revogação está corretamente posicionada nas disposições preliminares, pois estas devem indicar de imediato o que a nova lei altera no ordenamento jurídico vigente.
- (D) A expressão "considerando" deve ser mantida, pois é elemento essencial do preâmbulo para fundamentar a validade do ato perante os cidadãos.
- (E) É permitido o uso de explicações destinadas a justificar a edição do ato normativo dentro do texto da lei, desde que essas explicações venham logo após a ementa e antes da epígrafe.

Questão 27

(Correta: E)

Um grupo de moradores do Município Delta organizou um movimento para propor um projeto de lei que institui um programa de preservação de nascentes em áreas urbanas. Eles coletaram assinaturas de 2% do eleitorado local e protocolaram a proposta diretamente na Secretaria da Câmara Municipal, invocando o exercício da democracia direta. Com base nas normas constitucionais e no modelo de processo legislativo aplicável aos municípios, assinale a alternativa correta:

- (A) O projeto está apto a tramitar regularmente, uma vez que a iniciativa popular municipal segue o mesmo quórum da federal, que exige apenas 1% do eleitorado nacional.
- (B) Por tratar de matéria ambiental, o projeto deveria ser protocolado obrigatoriamente pelo Supremo Tribunal Federal, a quem cabe a iniciativa exclusiva de leis sobre o uso e ocupação do solo municipal.
- (C) O quórum de 2% é suficiente para obrigar a Câmara a realizar um referendo popular sobre o tema, dispensando a discussão e votação pelos vereadores em plenário.

- (D) A iniciativa popular no âmbito municipal é restrita a emendas à Medida Provisória, não sendo admitida para a proposição de leis ordinárias ou complementares.
- (E) O projeto de lei apresenta um vício formal, pois a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município exige a manifestação de pelo menos 5% do eleitorado.

Questão 28

(Correta: A)

O Prefeito do Município Alfa recebeu da Câmara Municipal um projeto de lei ordinária aprovado em turno único. O Prefeito, discordando da redação de um adjetivo específico no caput do Artigo 5º, decidiu aguardar o decurso do tempo para refletir. Após 17 dias úteis do recebimento, o Chefe do Executivo enviou uma comunicação ao Presidente da Câmara declarando o veto parcial apenas à palavra que considerava inadequada, alegando razões de interesse público. Com base nas regras do processo legislativo aplicáveis por simetria aos Municípios, assinale a alternativa correta:

- (A) O projeto de lei foi tacitamente sancionado devido ao silêncio do Prefeito por mais de 15 dias úteis, e o veto pretendido é inválido, pois o veto parcial não pode recair sobre palavras isoladas, devendo abranger o texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.
- (B) A sanção tácita ocorre apenas se o Prefeito manifestar expressamente que não pretende vetar o projeto, sendo que o prazo de 15 dias úteis serve apenas para a motivação jurídica do veto.
- (C) O silêncio do Prefeito no prazo constitucional importa em veto tácito do projeto de lei, obrigando a Câmara a realizar uma sessão de urgência para a manutenção ou rejeição da omissão do Executivo.
- (D) O veto parcial a palavras isoladas é admitido no ordenamento jurídico brasileiro desde que o Prefeito comprove que a manutenção do termo prejudica a harmonia do texto legal e o interesse da coletividade.
- (E) O veto é plenamente válido, uma vez que o Prefeito possui o prazo de 20 dias corridos para manifestar sua concordância ou discordância com o projeto aprovado pelo Legislativo.

Questão 29

(Correta: A)

A Câmara Municipal do Município Y aprovou um projeto de lei que disciplina a instalação de torres de transmissão no território local. O Prefeito, discordando integralmente do texto por entendê-lo contrário ao interesse público, exerceu o veto total. No entanto, ao analisar o veto, o Plenário da Câmara o rejeitou pelo voto da maioria absoluta de seus membros. A decisão foi comunicada ao Prefeito, que, por motivação política, permaneceu em silêncio por cinco dias sem tomar qualquer providência. Diante do silêncio do Prefeito após

a derrubada do veto, assinale a conduta correta a ser adotada conforme o processo legislativo:

- (A) Cabe ao Presidente da Câmara Municipal promulgar a lei, uma vez que o Prefeito não o fez no prazo de 48 horas após o recebimento da comunicação da rejeição do veto.
- (B) O silêncio do Prefeito, nesse caso específico, opera como um "veto de confirmação", o que obriga a Câmara a realizar uma nova votação com quórum de dois terços para validar a lei.
- (C) A lei deve ser enviada para a sanção do Governador do Estado, que possui competência supletiva para intervir em Municípios quando o Prefeito se recusa a cumprir ordens do Legislativo local.
- (D) O projeto de lei deve ser arquivado devido à falta de sanção expressa do Chefe do Executivo, visto que a sanção é ato imprescindível para a existência de qualquer lei municipal.
- (E) O Presidente da Câmara deve impetrar Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça para que o Judiciário determine a publicação imediata da lei no Diário Oficial do Estado.

Questão 30

(Correta: E)

A Câmara Municipal de Gama está redigindo um projeto de lei para disciplinar o "Serviço de Coleta de Lixo e Limpeza Urbana". Durante a fase de redação final, a Comissão "A" decidiu incluir, no meio do texto, dois artigos que tratam da "Concessão de Bolsas de Estudo para Atletas Juvenis", alegando que seria uma forma célere de aprovar ambos os temas de interesse público. Considerando as técnicas de elaboração legislativa previstas na legislação de regência, assinale a alternativa correta:

- (A) A inclusão de temas diversos em uma mesma lei é recomendada para fins de consolidação, visando reduzir o número de diplomas legais vigentes no Município e facilitar a consulta pelos cidadãos.
- (B) A prática é permitida no âmbito municipal em razão da autonomia legislativa.
- (C) Caso a lei seja aprovada com objetos distintos, ela será considerada inexistente, pois a inexistência formal de uma norma constitui escusa válida para o seu total descumprimento pelos cidadãos.
- (D) A técnica legislativa exige apenas que o primeiro artigo da lei indique o objeto, sendo facultativo ao legislador adicionar outros assuntos ao longo do texto, desde que respeitada a ordem direta das orações.
- (E) O projeto apresenta um vício de técnica legislativa, pois, excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto e não conterá matéria estranha a ele ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

Questão 31

(Correta: C)

A classificação funcional da despesa pública é a classificação que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público, uma vez que agrega os gastos por áreas de ação governamental. Na estrutura atual dessa classificação, composta por funções e subfunções, é possível a vinculação de uma subfunção a uma função diferente daquela à qual se está originariamente atrelada na portaria padrão. O termo técnico que define essa característica e possibilidade de combinação cruzada é denominado:

- (A) Desvinculação.
- (B) Transversalidade.
- (C) Matricialidade.
- (D) Especificidade.
- (E) Descentralização.

Questão 32

(Questão anulada)

Sobre o empenho na execução orçamentária, julgue os itens a seguir:

I. Na fase de execução da despesa pública, a verificação de um valor empenhado excedente exige a imediata emissão de um reforço na nota de empenho.

II. A legislação financeira veda expressamente a realização de despesa sem prévio empenho, não havendo previsão legal que legitime o empenho realizado posteriormente à execução da despesa.

III. O empenho global destina-se a despesas de montante exato e predefinido, cuja quitação deve ser realizada em uma única parcela.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 33

(Correta: E)

De acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988, via de regra, os créditos adicionais têm vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem autorizados. Todavia, os créditos adicionais _____ e _____ constituem uma exceção a essa regra, pois, quando o ato de autorização for promulgado _____, poderão ter seus limites de saldos reabertos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Assinale a alternativa que correta e respectivamente preenche as lacunas no excerto:

- (A) suplementares – especiais – no último bimestre do ano.
- (B) suplementares – extraordinários – nos últimos quatro meses do ano.
- (C) especiais – extraordinários – no último bimestre do ano.
- (D) suplementares – especiais – em caráter de calamidade pública.
- (E) especiais – extraordinários – nos últimos quatro meses do ano.

Questão 34

(Correta: C)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece preceitos fundamentais para o controle do endividamento dos entes federativos. Analise a definição legal a seguir:

"Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses." (Lei Complementar n.º 101/2000)

O excerto normativo refere-se estritamente ao conceito de:

- (A) Operação de crédito por antecipação de receita (ARO).
- (B) Restos a pagar processados.
- (C) Dívida fundada.
- (D) Dívida flutuante.
- (E) Dívida mobiliária.

Questão 35

(Questão anulada)

Considere as afirmativas relacionadas ao Orçamento Público apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() O ciclo orçamentário constitui as etapas de elaboração do orçamento, aprovação, execução e controle, durante um exercício financeiro.

() O princípio da discriminação proíbe a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundos ou despesas específicas.

() São exceções ao princípio de exclusividade a abertura de créditos adicionais suplementares e as contratações de operações de crédito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – F.

Questão 36

(Correta: A)

Previsto desde a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Sobre o Balanço Orçamentário e suas disposições nas legislações vigentes, julgue os itens a seguir:

I. Além do Quadro Principal do Balanço Orçamentário, compõem sua publicação o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro e o Quadro das Contas de Compensação.

II. O Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

III. No Balanço Orçamentário, as receitas são detalhadas por categoria econômica e espécie, enquanto as despesas, por categoria econômica e modalidade de aplicação.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 37

(Correta: A)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Considerando a lógica de registro e integração do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a alternativa que indica todas as classes de contas que podem ser utilizadas para a estruturação e elaboração do Balanço Financeiro:

- (A) Classes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.
- (B) Classes 1, 2, 5, 6, 7 e 8, apenas.
- (C) Classes 1, 2, 5 e 6, apenas.
- (D) Classes 1, 2, 3, 4, 5 e 6, apenas.
- (E) Classes 1, 2, 7 e 8, apenas.

Questão 38

(Correta: B)

No encerramento do exercício financeiro, a contabilidade pública deve proceder à inscrição das despesas em restos a pagar, observando a fase de execução em que se encontram e as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Considerando exclusivamente os lançamentos contábeis de natureza da informação orçamentária, assinale a alternativa que apresenta corretamente a contabilização da inscrição de Restos a Pagar Processados:

- (A) D – Empenhos liquidados inscritos em restos a pagar processados
C – Crédito empenhado liquidado a pagar; e
D – RP processados – inscrição no exercício
C – RP processados – inscrição no exercício.
- (B) D – Crédito empenhado liquidado a pagar
C – Empenhos liquidados inscritos em restos a pagar processados; e
D – RP processados – inscrição no exercício
C – RP processados – inscrição no exercício.
- (C) D – Crédito empenhado em liquidação
C – Empenhos liquidados inscritos em restos a pagar processados; e
D – RP processados – inscrição no exercício
C – RP não processados em liquidação – inscrição no exercício.
- (D) D – Crédito empenhado a liquidar
C – Empenhos a liquidar inscritos em restos a pagar não processados; e
D – RP não processados – inscrição no exercício
C – RP não processados a liquidar – inscrição no exercício.
- (E) D – Crédito empenhado liquidado a pagar
C – RP processados – inscrição no exercício; e
D – RP não processados – inscrição no exercício
C – Empenhos liquidados inscritos em restos a pagar processados.

Questão 39

(Correta: A)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem por finalidade demonstrar as mutações ocorridas no acervo patrimonial, independentemente de estarem atreladas à execução orçamentária, indicando, ao final, o resultado patrimonial do respectivo exercício. É item que pode constar na DVP:

- I. Crédito tributário a receber.
- II. Prêmio de resgate de títulos.
- III. Diárias.
- IV. Reserva de lucros.
- V. Custo dos produtos vendidos.

É correto o que apresenta em:

- (A) II, III e V, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) I, II e V, apenas.

Questão 40

(Correta: C)

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) introduz a dívida ativa como sendo "o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez" (Tesouro Nacional, 2024, p. 492). No que tange à contabilização da dívida ativa prevista no MCASP, julgue os itens a seguir e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A inscrição do crédito em dívida ativa configura fato contábil quantitativo, pois altera o valor do patrimônio líquido do ente público.

() Quanto à expectativa de realização, há a troca do crédito a receber no ativo circulante pelo crédito de dívida ativa no ativo não circulante, tendo em vista que o inadimplemento torna incerto o prazo para realização do crédito.

() É facultado ao ente utilizar contas de controle para acompanhar todo o processo de inscrição do crédito em dívida ativa, desde o inadimplemento até a efetiva inscrição.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – V – F.

Questão 41

(Correta: E)

Segundo dispõe a Constituição Federal de 1988, os três Poderes devem manter Sistemas de Controle Interno, de forma integrada. Entre as finalidades do Sistema de Controle Interno, estão:

I. Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração federal, aplicando as sanções cabíveis em caso de ilegalidade de despesa.

II. Exercer o controle das operações de crédito, dos avais e das garantias, abarcando, em sua competência, a fiscalização dos direitos e dos haveres da União.

III. Avaliar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, atuando de forma subsidiária ao controle externo na aprovação das contas do Presidente da República.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

(E) II, apenas.

Questão 42

(Correta: A)

No que tange ao aspecto temporal, a fiscalização exercida pelo controle interno sobre a execução orçamentária classifica-se em:

- (A) Prévia, concomitante, subsequente.
- (B) Ordinária, sumária, especial.
- (C) Legal, moral, eficiente.
- (D) Planejada, executada, controlada.
- (E) Empenhada, liquidada, paga.

Questão 43

(Correta: C)

Considere as afirmativas relacionadas à auditoria governamental apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A característica que define a fraude na auditoria é o dolo, manifestado por meio de atos intencionais que resultam na manipulação, omissão ou adulteração de informações, registros e demonstrações contábeis.

() É responsabilidade da auditoria de conformidade verificar se as posições financeiras de uma entidade são apresentadas de forma adequada, segundo a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.

() A avaliação sistemática de organizações, programas e atividades governamentais sob as dimensões de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, culminando na proposição de recomendações de melhoria, é o foco da auditoria operacional.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – F.

Questão 44

(Correta: C)

Uma Comissão de Finanças da Câmara Municipal analisa um projeto de lei que prevê a concessão de subsídios ao transporte coletivo urbano. O estudo técnico que acompanha a proposição conclui que a medida poderá ampliar o acesso da população ao serviço, mas exigirá aumento das despesas públicas e redução da disponibilidade de recursos para investimentos em outras áreas. À luz da teoria das finanças públicas, é correto afirmar que:

- (A) A redução dos recursos disponíveis para outras despesas demonstra que a política é incompatível com a função alocativa, pois esta pressupõe expansão simultânea da oferta de todos os bens públicos.
- (B) A existência de custos de oportunidade impede a implementação de políticas públicas eficientes, pois a eficiência econômica pressupõe ausência de restrições orçamentárias.
- (C) A concessão do subsídio pode ampliar a função alocativa do Estado ao incentivar o consumo de um serviço considerado socialmente desejável, ainda que sua implementação envolva custos públicos.
- (D) A necessidade de financiamento adicional descaracteriza a função estabilizadora do Estado, uma vez que políticas públicas financiadas por recursos orçamentários não podem alterar o nível de atividade econômica.
- (E) A concessão do subsídio caracteriza exclusivamente o exercício da função distributiva do Estado, uma vez que qualquer transferência de recursos públicos produz, necessariamente, redistribuição de renda.

Questão 45

(Correta: B)

Uma Comissão Permanente da Câmara Municipal analisa um projeto de lei destinado a estimular a concorrência no transporte coletivo urbano, permitindo a entrada de novos prestadores de serviço em determinadas linhas. Durante a discussão técnica, foram apresentadas as seguintes características do mercado:

- elevados custos fixos de infraestrutura;
- economias de escala significativas;
- custo médio decrescente ao longo da expansão da produção.

À luz da teoria microeconômica, é correto afirmar que essas características são compatíveis com:

- (A) Um oligopólio competitivo, no qual a existência de elevados custos fixos elimina o poder de mercado das empresas estabelecidas.
- (B) Um monopólio natural, situação em que a prestação do serviço por um único fornecedor pode apresentar custos inferiores aos de uma estrutura com múltiplos ofertantes.
- (C) Um mercado em concorrência perfeita, pois economias de escala favorecem a entrada contínua de novas empresas e reduzem barreiras à concorrência.
- (D) Um mercado contestável, em que economias de escala elevadas tornam irrelevantes as barreiras econômicas à entrada de novos concorrentes.
- (E) Uma estrutura de concorrência monopolística, caracterizada pela ausência de barreiras à entrada e por produtos perfeitamente homogêneos.

Questão 46

(Correta: D)

Durante a discussão de um projeto de lei voltado ao desenvolvimento econômico municipal, um vereador afirmou que "o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é suficiente para demonstrar melhora das condições de vida da população". À luz da teoria macroeconômica e das contas nacionais, essa afirmação é:

- (A) Incorreta, pois o PIB considera exclusivamente os bens destinados ao consumo final das famílias, excluindo investimentos, gastos do governo e exportações líquidas.
- (B) Correta, pois o PIB sintetiza todas as dimensões do desenvolvimento econômico e social, dispensando a utilização de indicadores complementares.
- (C) Correta, pois o crescimento do PIB implica, necessariamente, aumento proporcional da renda disponível e melhoria das condições de vida de toda a população.
- (D) Incorreta, pois o PIB mede o valor da produção de bens e serviços finais da economia, mas não incorpora, isoladamente, distribuição de renda e bem-estar.
- (E) Incorreta, pois o PIB registra apenas a produção de bens industriais, não contemplando a produção de serviços nem as atividades da administração pública.

Questão 47

(Correta: E)

Durante a elaboração de um parecer sobre o orçamento municipal, um consultor analisou os possíveis efeitos de mudanças na política econômica nacional sobre as finanças do município. À luz da teoria econômica, é correto afirmar que:

- (A) Alterações na política cambial e monetária produzem efeitos apenas sobre variáveis financeiras nacionais, sem repercussões relevantes sobre a economia dos entes subnacionais.
- (B) Alterações na política fiscal produzem efeitos exclusivamente sobre o orçamento da União, não afetando a arrecadação própria nem as transferências recebidas pelos municípios.
- (C) Alterações na política cambial influenciam apenas as operações de comércio exterior, não produzindo efeitos sobre a atividade econômica ou a arrecadação dos municípios.
- (D) Alterações na política monetária modificam diretamente as alíquotas dos tributos municipais, constituindo importante instrumento de gestão das receitas próprias.
- (E) Alterações na política monetária podem influenciar a atividade econômica local e, indiretamente, a arrecadação municipal, ainda que os municípios não possuam competência para definir a taxa básica de juros.

Questão 48

(Correta: D)

No exame de proposições legislativas e dos documentos que acompanham o projeto de lei orçamentária, o Consultor Técnico Legislativo deve observar os mecanismos de controle da renúncia de receita. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

I.Toda proposição legislativa que trate da concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita e cujo beneficiário seja pessoa física ou jurídica deverá estar acompanhada de prazo de vigência não superior a cinco anos.

II.A concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, depende de lei específica que regule exclusivamente uma ou mais dessas medidas ou o correspondente tributo ou contribuição.

III.Desde que autorizada pelo Chefe do Poder Executivo, é permitida a prorrogação de benefícios tributários cujas metas de resultados não tenham sido atingidas ou cuja avaliação de resultados não tenha sido realizada.

IV.O efeito sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia será apresentado em demonstrativo regionalizado que acompanhará o projeto de lei orçamentária.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 49

(Correta: B)

Sobre os impostos municipais, está integralmente correto o que se afirma em:

- (A) Obedecendo aos princípios da isonomia e da capacidade contributiva, o IPTU não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel ou ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (B) Segundo a Lei Complementar n.º 116/2003, a incidência do imposto sobre serviços (ISS) não depende da denominação dada ao serviço prestado.
- (C) O contribuinte do ITBI é sempre aquele que for adquirir o bem imóvel ou os direitos a ele relativos, conforme previsto no Código Tributário Nacional.
- (D) O contribuinte do ISS é o prestador ou o tomador do serviço, conforme for estabelecido de comum acordo entre as partes. Não existindo ajuste neste sentido, o imposto cabe ao tomador do serviço.

- (E) Contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, o locatário ou o seu possuidor a qualquer título.

Questão 50

(Correta: D)

"Diante da ocorrência, no mundo fenomênico, dos fatos descritos na norma jurídica tributária, ela incide, o que significa que colore ou carimba esses fatos, tornando-os 'geradores' de direitos e obrigações, vale dizer, de uma relação no âmbito da qual alguém pode exigir o cumprimento da consequência prevista na norma, e outra pessoa é obrigada ao cumprimento dessa consequência. Surge, assim, da ocorrência do fato, e da incidência da norma tributária sobre ele, a obrigação tributária."

(Hugo de Brito M. Manual de Direito Tributário – 16ª Edição. 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. p.109.)

Sobre a obrigação tributária, julgue os itens a seguir e registre V, para verdadeiros, e F, para falsos, de acordo com o previsto no Código Tributário Nacional:

() A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.

() Sujeito passivo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.

() O sujeito denominado de "responsável tributário" é aquele que, sem possuir a condição de contribuinte, tem uma obrigação que decorre de lei ou de contrato.

() A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – V – V – F.
- (B) F – F – F – V.
- (C) V – F – F – V.
- (D) V – F – F – F.
- (E) F – V – V – V.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 17 de agosto de 2026**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, na Área do Candidato.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 18 de agosto de 2026 e 23h59min59seg do dia 19 de agosto de 2026**.

16 de agosto de 2026